

ISSN 2526-0774

HomaPublica

REVISTA INTERNACIONAL DE
**DERECHOS HUMANOS
Y EMPRESAS** 

Vol. IX | Nº. 02 | Nov - Maio 2026

Recebido: 28.02.2026 | Aceito: 27.03.2026 | Publicado: 12.05.2026

TRANSIÇÃO ENERGÉTICA E OS NOVOS CERCAMENTOS: O QUE O CONSENSO DAS GRANDES OBRAS HÍDRICAS PODE NOS ENSINAR SOBRE “CONSENSO DA DESCARBONIZAÇÃO”

ENERGY TRANSITION AND THE NEW ENCLOSURES: WHAT CAN THE “CONSENSUS ON LARGE-SCALE PROJECTS” TEACH US ABOUT THE “CONSENSUS ON DECARBONIZATION”

LA TRANSICIÓN ENERGÉTICA Y LOS NUEVOS CERCAMIENTOS: ¿QUÉ NOS ENSEÑA EL «CONSENSO DE LAS GRANDES OBRAS» SOBRE EL «CONSENSO DE LA DESCARBONIZACIÓN»?

Hugo Belarmino de Morais¹

UFPB | João Pessoa, Paraíba, Brasil | ORCID-ID0000-0002-2733-5412

Naiara Coelho²

UFPE | Recife, Pernambuco, Brasil | ORCID-ID0009-0008-3101-3740

Lorena Rocha Fernandes dos Santos³

UFPB | João Pessoa, Paraíba, Brasil | ORCID-ID0009-0006-2768-7086

Resumo

O objetivo do presente artigo é revisitar e atualizar criticamente alguns achados da pesquisa de doutorado intitulada “Dos cantos de Acauã à dialética da Asa Branca e do Assum-Preto: cercamentos, conflitos e resistências no novo caminho das águas – Paraíba, Brasil”. As reflexões aqui presentes foram realizadas no

¹ Professor do Departamento de Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba (Unidade Acadêmica - Santa Rita), onde coordena o Projeto de Extensão e Pesquisa OBUNTU - Observatório Interdisciplinar e Assessoria em Conflitos Territoriais e é líder do Grupo de Pesquisa “Direitos Humanos, decolonialidades e movimentos” (CNPQ/UFPB). Doutor em Sociologia e Direito no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor do Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas da Universidade Federal da Paraíba. Assessor Jurídico e advogado popular. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/6668935345927364>, ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-2733-5412>

² Doutoranda em Direito pelo Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Federal de Pernambuco (PPGD/UFPE). Mestre em Sociologia e Direito pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais e Jurídicas. Pesquisadora do Projeto de Extensão e Pesquisa OBUNTU - Observatório Interdisciplinar e Assessoria em Conflitos Territoriais e Grupo de Pesquisa “Direitos Humanos, decolonialidades e movimentos” (CNPQ/UFPB). Bolsista CAPES. Advogada. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. Currículo: <https://lattes.cnpq.br/5991757360794558>, ORCID: <http://orcid.org/0009-0008-3101-3740>

³ Graduanda em Direito no Departamento de Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba (Unidade Acadêmica - Santa Rita). Pesquisadora do Projeto de Extensão e Pesquisa OBUNTU - Observatório Interdisciplinar e Assessoria em Conflitos Territoriais e Grupo de Pesquisa “Direitos Humanos, decolonialidades e movimentos” (CNPQ/UFPB). Currículo: <http://lattes.cnpq.br/1251166070293632>, ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-2768-7086>

escopo das atividades do Grupo de Pesquisa “Direitos Humanos, decolonialidades e movimentos” (CNPQ/UFPB). A tese, que tratou sobre conflitos territoriais no processo de implantação de obras hídricas no Estado da Paraíba, fornece elementos para complexificar o papel dos grandes projetos de desenvolvimento e a produção de consensos sob a justificativa de “combater a seca” ou de “levar água à população”. Identificamos semelhanças entre o processo estudado na tese quando pensamos o cenário das transições energéticas, que vem repetindo lógicas coloniais e capitalistas. Neste sentido, o artigo buscará realizar uma revisão teórica e bibliográfica sobre o tema, apresentando alguns trechos de entrevistas produzidas nos trabalhos de campo da tese, a fim de apontar alguns aprendizados acerca da gestão dos recursos hídricos e sobre os regimes de desapropriação na engrenagem dos novos cercamentos, que podem ser úteis para pesquisas interdisciplinares comprometidas com a crítica ao “consenso da descarbonização” e nas disputas sobre os rumos da(s) transição(ões) energética(s) no Brasil e na América Latina.

Palavras-chave

Novos Cercamentos. Conflitos Territoriais. Grandes Projetos de Desenvolvimento. Transição Energética.

Abstract

The aim of this article is to critically review and update some findings from the doctoral research titled “From the corners of Acauã to the dialectic of Asa Branca and Assum-Preto: enclosures, conflicts, and resistance along the new waterway – Paraíba, Brazil.” The reflections presented here were developed within the scope of the activities of the Research Group “Direitos Humanos, Decolonialidades e Movimentos” (CNPQ/UFPB). The thesis, which addressed territorial conflicts in the process of implementing water infrastructure projects in the state of Paraíba (2016–2020), provides elements to complexify the role of large-scale development projects (Alentejano & Tavares, 2019) and the building of consensus under the justification of “combating drought” or “bringing water to the population”. We identified similarities between the process studied in the thesis and the energy transition scenario, which has been repeating colonial and capitalist logics. Therefore, this article aims to conduct a theoretical and bibliographic review of the topic, presenting fragments of interviews conducted during the thesis’s fieldwork to highlight insights regarding the regimes of expropriation (Levien, 2014) within the mechanism of new enclosures (Morais & Coelho, 2024) that may be useful for interdisciplinary research committed to critiquing the “decarbonization consensus” (Bringel & Svampa, 2023) and in the debates over the direction of the energy transition in Brazil.

Keywords

New Enclosures. Territorial Conflicts. Large-Scale Development Projects. Energy Transition.

Resumen

El objetivo del presente artículo es revisar y actualizar críticamente algunas conclusiones de la investigación doctoral titulada “De los cantos de Acauã a la dialéctica de Asa Branca y Assum-Preto: cercamientos, conflictos y resistencias en el nuevo camino de las aguas – Paraíba, Brasil”. Las reflexiones aquí presentadas se realizaron en el marco de las actividades del Grupo de Investigación “Direitos Humanos, Decolonialidades e Movimentos” (CNPQ/UFPB). La tesis, que abordó los conflictos territoriales en el proceso de implementación de obras hidráulicas en el estado de Paraíba (2016-2020), aporta elementos para matizar el papel de los grandes proyectos de desarrollo (Alentejano & Tavares, 2019) y la generación de consensos bajo la justificación de “combatir la sequía” o de “llevar agua a la población”. Identificamos similitudes entre el proceso estudiado en la tesis y el escenario de la transición energética, que viene repitiendo lógicas coloniales y capitalistas. En este sentido, el artículo buscará realizar una revisión teórica y bibliográfica sobre el tema, presentando algunos fragmentos de entrevistas realizadas durante el trabajo de campo de la tesis, con el fin de señalar algunos aprendizajes sobre los regímenes de expropiación (Levien, 2014) en el engranaje de los nuevos cercamientos (Morais & Coelho, 2024) que puedan ser útiles para investigaciones interdisciplinarias comprometidas con la crítica al «consenso de la descarbonización» (Bringel & Svampa, 2023) y en las disputas sobre los rumbos de la transición energética en Brasil y en América Latina.

Palabras clave

Nuevos Cercamientos. Conflictos Territoriales. Grandes Proyectos de Desarrollo. Transición Energética.

1. INTRODUÇÃO

As reflexões aqui presentes foram realizadas no escopo das atividades do “Grupo de Pesquisa “Direitos Humanos, decolonialidades e movimentos” (CNPQ/UFPB), que tem se dedicado a refletir sobre os conflitos e as lutas por terras, territórios e águas em casos concretos que são acompanhados pela assessoria jurídica popular desenvolvida no Projeto OBUNTU - Observatório Interdisciplinar e Assessoria em Conflitos Territoriais.

No grupo, foi possível retomar as reflexões realizadas por um dos autores na tese de doutorado para revisitar e atualizar criticamente alguns achados da pesquisa que tratou sobre conflitos territoriais no processo de implantação de grandes obras hídricas no Estado da Paraíba a partir de um estudo de caso sobre a Barragem de Acauã e o Canal Acauã-Araçagi (obra complementar da Transposição do Rio São Francisco).

O texto que serve de base para este artigo parte da Barragem de Acauã, pois esta obra além de ser cronologicamente anterior – a construção da Barragem foi realizada no final dos anos 1990 até meados de 2002 – foi responsável por três fatos marcantes que definiram a construção inicial do projeto de pesquisa. Em primeiro lugar, a Barragem de Acauã foi responsável pela remoção forçada de cerca de 900 famílias que viviam às margens do Rio Paraíba e que com este Rio (re)produziam suas condições de existência, como moradores rurais, ribeirinhos e camponeses. A construção desta Barragem já foi objeto de diversos conflitos e denúncias e continua até hoje como um caso emblemático de violações de direitos humanos em matéria de barragens no Brasil, conforme Relatório oficial produzido pelo Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (2010), inclusive com o alagamento de dois cemitérios das comunidades (Morais, 2019, p. 137).

Já o Canal Acauã-Araçagi é considerada uma das maiores obras de construção civil do Estado e está sendo reconhecida como a “Transposição da Paraíba” dada a sua magnitude em termos de investimento, como parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no Estado da Paraíba e a segunda maior obra hídrica do Nordeste. Executada por um Consórcio de empresas intitulado Consórcio Acauã-Araçagi a partir de um projeto da Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Ciência e Tecnologia (SEMARHCT), que realiza a sua supervisão técnica. O Canal Acauã-Araçagi promete “beneficiar 600 mil habitantes e garantir irrigação em 16 mil hectares de terras”, segundo as informações do Governo do Estado, percorrendo cerca de 112 quilômetros em direção ao litoral norte da Paraíba. Em geral, o Canal foi construído a partir da desapropriação de áreas de 60 metros de cada lado da obra – podendo variar em algumas partes com 80 metros de cada lado – em todo o seu traçado (Morais, 2019, p. 148). A tese, pois, buscou

analisar a realidade complexa decorrente dessas duas obras, seus atingidos e suas resistências e será detalhada no próximo tópico.

O semiárido nordestino é caracterizado historicamente pela intensa disputa territorial entre aqueles grupos que acumulam terra, água e outros bens naturais (e, por isso, também acumulam poder político e social) e os grupos que lutam por suas condições de existência em convivência com o semiárido (Dantas, 2020).

O crescimento de empreendimentos solares e eólicos no Nordeste é vertiginoso e anda paralelamente à busca por legitimação política, social e ideológica dentro de um cenário de “emergência climática”. Trata-se da busca por legitimação de um discurso com apelo popular (basta recordar sobre a frase “quem tem sede, tem pressa” utilizado para uma defesa acrítica da Transposição do São Francisco) e que agora se acopla a uma defesa acrítica da transição energética: “é preciso superar os combustíveis fósseis e investir em energias limpas para evitar o fim do mundo”. O texto, pois, se justifica pela relevância em apontar padrões e semelhanças entre o processo estudado (sobre a questão hídrica) e o cenário das transições energéticas no Nordeste, que vem aumentando o número de populações atingidas por estes grandes projetos. Neste sentido, defendemos que é necessário complexificar o papel dos grandes projetos de desenvolvimento (Alentejano & Tavares, 2019) e a produção de consensos sob a justificativa de “combater a seca” ou de “levar água à população”.

Como analisaremos no decorrer do artigo, o estudo dos cercamentos, dos conflitos e das resistências no caso da questão hídrica no Nordeste brasileiro e no caso paraibano, em especial, oferece aportes importantes para a compreensão - e os desafios - das transições energéticas⁴. Em ambos os casos se repetem lógicas coloniais e capitalistas, com consequências socioterritoriais e socioambientais significativas, que têm como alvo os mesmos grupos atingidos em suas condições de existência como fruto do racismo ambiental: povos e comunidades tradicionais, camponesas/es e agricultoras/es familiares, quilombolas e indígenas, entre outros grupos subalternizados.

Com base nas experiências sistematizadas na tese e a partir de um referencial teórico que alia o estudo crítico dos cercamentos contemporâneos (H. B. Moraes, 2024), as lições da ecologia política latinoamericana (Alimonda, 2011; F. J. H. Hernández, 2019) e uma abordagem dialética, relacional e multidimensional de território (Porto-Gonçalves, 2010; Santos, 1977; Souza, 1995), o artigo procederá uma revisão teórica e bibliográfica sobre o tema e apresentará algumas decisões metodológicas sobre a pesquisa de campo realizada

⁴ Acreditamos que é necessário utilizar a expressão transições energéticas, no plural e não somente adjetivar a expressão como “sustentável”, “justa”, “verde”, etc. Pelo escopo do trabalho, esta discussão não será aprofundada aqui, mas nos remetemos ao debate sobre a existência de “novos cercamentos” (*new enclosures*), no plural, como aporte para essa discussão. Para mais, ver Moraes e Coelho (2024).

em parceria com membro do Movimento de Atingidos por Barragens da Paraíba. Apresentamos alguns trechos de entrevistas produzidas nas distintas fases do trabalho de campo, que foram reagrupadas pelo Grupo de Pesquisa a fim de apontar alguns aprendizados acerca dos regimes de desapropriação (Levien, 2014) na engrenagem dos novos cercamentos dos bens naturais, como a água e os ventos (H. B. Morais & Coelho, 2024; Traldi, 2022). Processo este que se produz como atualizações importantes do conceito de “acumulação primitiva” e de “acumulação por despossessão” como aponta Harvey (2004).

O artigo está dividido em 4 partes. A primeira e a segunda parte apresentam os aspectos teóricos, metodológicos e empíricos associados à tese de doutorado supracitada. Já a terceira e a quarta parte apontam aprendizados ou contribuições que consideramos necessários com base tanto no material teórico quanto empírico, em especial sobre a gestão dos recursos hídricos, o papel do planejamento e das desapropriações realizadas pelo Estado capitalista no contexto das grandes obras. Ao final, retomamos a crítica ao “consenso das grandes obras” hídricas, processo que está intimamente ligado tanto ao “consenso das commodities” quanto ao “consenso da descarbonização” (Bringel & Svampa, 2023; Svampa, 2019).

Acreditamos que estas reflexões resultam úteis para pesquisas interdisciplinares comprometidas com a crítica às expropriações contemporâneas, com a valorização das resistências dos povos e comunidades e com as disputas sobre os rumos das transições energéticas no Brasil e na América Latina.

2. SENTIPENSANDO OS CONFLITOS TERRITORIAIS E A QUESTÃO HÍDRICA NO NORDESTE: BREVE RESUMO DE UMA TESE SOBRE CERCAMENTOS, CONFLITOS E RESISTÊNCIAS

Nos primeiros tópicos deste artigo buscaremos apresentar a estrutura e as principais discussões teóricas levantadas na tese, que não teremos condições de aprofundar aqui, e que podem também servir de convite para sua leitura posterior. Utilizamos o termo “sentipensar” com inspiração em Fals-Borda, sociólogo colombiano responsável por ampla criação e sistematização acerca de métodos e metodologias de investigação pautados na práxis e na investigação-ação. Afinal, sentir e pensar não são termos dicotômicos, mas dialeticamente articulados (Fals-Borda, 1984; Fals-Borda & Moncayo, 2009)

Duas preliminares são importantes acerca da tese: a) trata-se de uma pesquisa sociojurídica interdisciplinar e militante (Morais, 2021; Bringel & Varella, 2016), comprometida politicamente e eticamente com a atuação e a perspectiva teórica da assessoria jurídica e advocacia popular e da sociologia viva (Ribeiro, Morais, Souza, & Freitas, 2018), com forte dimensão empírica, que reconhece a importância desta interação

prática para produzir conhecimento científico útil às classes e grupos subalternizados; b) ela não tratou precisamente sobre transição energética, nem sobre energias renováveis, mas sobre conflitos por água no Nordeste e no Estado da Paraíba, a partir de um estudo de caso que envolveu a análise da Barragem de Acauã e do Canal Acauã-Araçagi (este último diretamente vinculado e financiado como uma obra complementar do Projeto de Transposição do Rio São Francisco).

Construída há poucos anos (entre 2016 e 2020), acreditamos que ela pode acrescentar elementos críticos para a discussão sobre transição energética em curso, em especial na região Nordeste, que tem sido palco de uma intensificação dos conflitos territoriais decorrentes da implantação de grandes projetos de energias renováveis (sobretudo eólicas e solares), com forte apoio e fomento estatal e investimento de capital internacional.

Neste sentido, este artigo é ao mesmo tempo um convite para uma leitura mais detalhada da tese quanto uma reflexão sobre quais elementos conceituais, metodológicos e empíricos podem ser lidos de forma articulada, já que estamos tratando de uma conjuntura geopolítica onde o “clima dos negócios” busca construir sua hegemonia e legitimação (Acselrad, 2024), com consequências e efeitos territoriais prejudiciais aos mesmos grupos sociais vulnerabilizados no contexto das obras hídricas.

Neste primeiro item, portanto, realizaremos uma explicação detalhada dos capítulos da tese e algumas das contribuições teóricas que foram sendo trabalhadas.

No primeiro capítulo da tese realiza-se uma espécie de síntese conceitual sobre o que entendemos como “cercamento das águas”. Realizamos uma revisão teórico-conceitual sobre a “assim chamada acumulação primitiva”, articulando-a com uma compreensão sobre a colonialidade da apropriação/expropriação da natureza na perspectiva da ecologia política. Defende-se o permanente dos diversos cercamentos durante o modo de produção capitalista. Atualiza-se este debate com algumas chaves contemporâneas com os conceitos de *land* e *water grabbing* (Borras Jr., Franco, Gómez, Kay, & Spoor, 2012; Kay & Franco, 2012), como fenômenos mais recentes ligados à financeirização e estrangeirização na corrida por terras e outros bens naturais em nível global. Por fim, em diálogo com a ecologia política a tese apresenta o conceito de *água moderna* (*modern water*) a partir das reflexões de Jamie Linton (2010), a fim de concretizar uma abordagem mais específica sobre o cercamento das águas dentro do atual sistema-mundo moderno-colonial capitalista, patriarcal e racista.

No segundo capítulo a tese realiza uma imersão e uma revisão crítica da situação dos atingidos da Barragem de Acauã em seus quase 20 anos de história. Analisam-se detalhadamente os processos de *despojo* e expropriação que utilizaram da água como um meio – material e simbólico – para cercar as terras e alterar profundamente a dinâmica

territorial preexistente, indicando a possibilidade teórico-política de conceber *o processo de construção de barragens como uma espécie de cercamento das águas*. Associa-se tal achado com a discussão sobre o planejamento hídrico-territorial relacionado a grandes obras hídricas e com a literatura sobre barragens e sobre cercamentos contemporâneos.

Neste capítulo a tese também apresenta uma breve revisão teórico-metodológica sobre os estudos sobre barragens e grandes obras, a partir das lições de Lygia Sigaud (1986, 1992) e revisa toda a documentação oficial acerca da barragem, em especial os processos administrativos e relatórios que tratam da situação das violações de direitos humanos aos atingidos, defendendo que a própria criação e trajetória de resistências do Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) na Paraíba é o “resultado inesperado” deste descaso planejado (Scott, 2009).

Além disso, são sintetizadas algumas entrevistas realizadas no decorrer da pesquisa junto com as informações presentes no laudo antropológico produzido pelo Ministério Público Federal da Paraíba, a fim de comprovar a existência de uma *territorialidade camponesa e ribeirinha* vinculada ao processo de convivência com o Rio Paraíba e ao uso comum das terras e águas, fato pouco estudado e visualizado em trabalhos anteriores sobre estas populações. Produz-se, pois, uma síntese parcial defendendo que a construção de uma barragem poderia ser concebida como um *primeiro cercamento das águas* no território estudado.

Deste processo, no capítulo seguinte, segue-se a caracterização de um *novo caminho das águas*, que trata mais especificamente do Canal das Vertentes Litorâneas, conhecido como Canal Acauã-Araçagi, considerada a principal obra hídrica do estado da Paraíba e uma das mais importantes de todo o Nordeste. Busca-se compreender dialeticamente a obra vista “de cima”, ou seja, a partir dos discursos, práticas, argumentos e documentos oficiais levados a cabo pelo Governo do Estado (e também pelo Capital ligado ao agrohidronegócio). Também discutem-se os conflitos derivados da Transposição do Rio São Francisco com a finalidade de realizar uma tomada de posição sobre esta “obra principal” e são examinadas criticamente as documentações acerca do Canal, em especial no Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA).

Desta forma, na tese formula-se um conceito de *segurança hídrica para o Capital* como decorrência destas reflexões, posto que no caso concreto há uma inversão e/ou subversão dos sentidos atribuídos às próprias prioridades normativas na utilização dos recursos hídricos (e também dos recursos orçamentários). Por fim, analisa-se o planejamento hídrico-territorial em curso, apontando como este acaba por privilegiar os “de cima” em detrimento dos “de baixo”⁵, a partir de uma articulação entre procedimentos

⁵ Utilizamos a expressão “de baixo” nos termos em que Thompson formula a experiência da história dos “de baixo”. Para mais, ver Thompson (2012).

“modernos” (ligados à gestão dos recursos hídricos) e “arcaicos” (ligados aos procedimentos estatais para as desapropriações/despojo). Este processo centralizador tem forte relação com o conceito de água moderna, reforçando o paradigma de combate à seca em detrimento da convivência com o semiárido (Dantas, 2020). Como este processo invisibiliza soluções alternativas, argumenta-se que ele sempre pavimenta e anuncia novos cercamentos, que se materializa através de novas obras.

Seguindo a tese, o capítulo 4 apresenta o “outro lado” do novo caminho, desta vez visto “de baixo” e com “os de baixo”. Neste capítulo apresentam-se os resultados mais importantes da pesquisa empírica conduzida a partir da opção teórico-metodológica de percorrer as margens do Canal Acauã-Araçagi com dois membros do MAB-PB. Como afirmado na introdução, esta perspectiva da pesquisa está em consonância com o marco metodológico da pesquisa militante (Bringel & Varella, 2016) e da assessoria jurídica popular (Terra de Direitos & Dignitatis - Assessoria Técnica Popular, 2012).

As posições e reflexões dos entrevistados durante o campo reforçaram a compreensão sobre o *novo processo de cercamentos*, através do fértil – mas também doloroso – diálogo produzido entre os atingidos “de ontem” (aqueles e aquelas populações atingidos pela construção da Barragem de Acauã, no início dos anos 2000) e os novos atingidos “de hoje” (populações e grupos às margens do Canal Acauã-Araçagi, ou seja, quase 20 anos depois), numa espécie de método *especular*, em que as diferentes experiências de cercamento são postas diante de si, como reflexos em um espelho.

Por outro lado, neste capítulo, foram rastreadas distintas formas de resistência, com as estratégias que mais obtiveram êxito nos questionamentos à obra, em especial quando foram visitadas as áreas de assentamentos rurais impactadas, ligadas à Comissão Pastoral da Terra (CPT) e ao Movimento de Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). A tese, portanto, sistematiza algumas das experiências de convivência com o semiárido associadas às lutas por terra/água/território, com forte componente cultural e interessadas principalmente na reprodução da vida (e não na reprodução do capital), que sinalizam um antagonismo crítico aos processos de separação: uma espécie de embrião de lutas pelo comum no semiárido contra os cercamentos e contra a concepção moderna da água conduzida pelas agências estatais para beneficiar o capital ligado ao agrohidronegócio na Paraíba.

No estudo formula-se, por fim, um mapa de conflitos no novo caminho das águas, resultado específico da pesquisa a partir dos dados de campo e enriquecido pela construção teórico-metodológica e conceitual dos capítulos anteriores. Nele retomam-se os debates sobre a permanência e continuidade dos procedimentos expropriatórios, com destaque para a entrevista concedida pelo servidor que foi responsável pelos cálculos e metodologias das desapropriações, tanto da Barragem de Acauã quanto do Canal

Acauã-Araçagi. Apresentam-se os riscos da execução deste planejamento, com o aumento significativo dos conflitos e cercamentos em todo o território estudado, inclusive com a previsão de instalação de perímetros irrigados às margens do Canal, seguindo o exemplo de outros estados do Nordeste, como o Ceará e o Rio Grande do Norte.

É exatamente essa dialética entre a *repetição do despojo* e a *modernização da gestão hídrica* - ambas legitimados pelo paradigma da escassez e pelo discurso da inevitabilidade das soluções hidráulicas em grandes projetos de desenvolvimento (apresentados, ao fim e ao cabo, como “soluções únicas”) - que preconiza a existência de uma segurança hídrica para o capital.

Despojo, expropriação, cercamentos, reprodução do Capital. Convivência, resistências, autonomia e reprodução da vida. Como a realidade é dialética e conflituosa, retomamos nas considerações finais algumas metáforas sobre os pássaros e as músicas nordestinas que nos acompanharam durante o trabalho, como forma de pensar propositivamente a construção de outros caminhos para além das cercas. Algumas discussões formuladas na tese fornecem, pois, ferramentas conceituais para uma discussão crítica sobre as transições energéticas.

No entanto, para que pensemos nestas ferramentas e seus aprendizados, faz-se necessário também apontar a preparação metodológica para a pesquisa de campo, já que as hipóteses e formulações só fazem sentido, tanto na tese quanto agora, partindo dessa territorialização da pesquisa.

No próximo item do artigo, nossa intenção é demonstrar que as decisões metodológicas produzem outros conhecimentos provenientes da agência e da experiência humana, no sentido proposto por E. P. Thompson (1981; 1979), fugindo de generalizações abstratas sobre os resultados das expropriações como “resultado necessário do modo capitalista de produção” e seguindo uma literatura mais ancorada nos processos sociais - de luta e de resistência - dos povos, nos territórios.

3. O CAMINHO SE FAZ CAMINHANDO: ASPECTOS METODOLÓGICOS E TEÓRICOS DA PESQUISA EMPÍRICA E DO TRABALHO DE CAMPO

Na fase da pesquisa empírica o caminho artificial das obras foi percorrido, realizando entrevistas e georreferenciando os pontos de interesse no mapa, obtendo também fotografias que revelassem os aspectos centrais tanto da própria obra como da situação das populações locais. Esse processo se deu após ter sido realizada uma rodada de entrevistas em órgãos públicos na capital do Estado, João Pessoa. Assim, a pesquisa exigiu da equipe de campo a construção de estratégias diferenciadas que se impunham em cada passo do caminhar a fim de compreender melhor o contexto local e suas principais determinações.

Por outro lado, tratando-se de uma pesquisa que se insere na perspectiva da já citada pesquisa militante (Bringel & Varella, 2016), decidiu-se que era imprescindível a presença do movimento social organizado – no caso, do Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) – durante todos os dias de percurso no campo. Desta forma, dois militantes do movimento – um companheiro e uma companheira – participaram e coproduziram as informações e análises.

Também se decidiu que o percurso planejado levaria em consideração a existência (e o contato prévio, realizado através de telefone) de áreas de assentamentos rurais ligadas aos dois principais movimentos do campo na Paraíba – a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) – que se disponibilizaram a fornecer informações e contatar as lideranças e comunidades por onde passam as obras do Canal supracitado. A própria informação sobre a passagem do Canal por áreas da reforma agrária foi um dado relevante obtido no campo. Essas decisões permitiram o entrecruzamento de olhares e percepções, já que o objetivo não era somente “documentar” a situação vivida: a realização das entrevistas e coleta de relatos em campo visava contar com o olhar militante e a experiência social dos próprios movimentos na leitura desta realidade. Desta forma os atingidos pela Barragem de Acauã, que viveram impactos e violações, poderiam também retransmiti-las no próprio processo da pesquisa.

Os atingidos de Acauã não conheciam uma grande parte deste “novo caminho” aberto pelas obras do Canal, de forma que o campo redundou num triplo aprendizado: para os pesquisadores acadêmicos, para os atingidos “de ontem” e para os potenciais atingidos “de hoje”. Reconhecer e valorizar que o processo de pesquisa se dá no encontro de saberes e de experiências compartilhadas, portanto, foi uma das apostas desta estratégia metodológica. Mais uma reflexão que nos parece importante para pensar em como investigar as transições energéticas: devemos tomar como referência e ponto de partida os marcos normativos e institucionais ou o encontro de saberes nos territórios para depois retornar para a norma?

Paralelamente, na pesquisa de campo também se realizaram entrevistas para compreender o plano das obras por parte dos órgãos do Estado, a fim de identificar discursos que permitissem compreender as problemáticas apontadas pelos “de cima”. Assim, além do percurso de quatro dias pelas obras, foram realizadas diversas entrevistas em João Pessoa⁶, em especial com servidores de Secretarias de Governo responsáveis pela obra, além de uma entrevista com um representante do agrohidronegócio canavieiro na Paraíba da Associação dos Plantadores de Cana da Paraíba – ASPLAN.

⁶ Sobre a situação atualizada e as expectativas para os atingidos de Acauã foi também fundamental obter informações junto à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal (PRDC-MPF), que acompanha há anos as situações de violações de direitos humanos relacionadas às populações atingidas.

Assim, buscamos compreender os diversos sentidos, impactos e padrões na construção do Canal Acauã-Araçagi junto às populações locais, trazendo, deliberadamente, a experiência dos camponeses atingidos no contexto da construção da Barragem de Acauã para dentro da pesquisa sobre o Canal, inclusive para que eles pudessem realizar as entrevistas, fotografar o que consideravam interessante e coletar os dados conjuntamente.

Serviu de inspiração metodológica a experiência de observação participante e assessoria realizada por Ana Maria Almeida da Costa (2018). Em sua tese de doutorado em Serviço Social na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), a pesquisadora sistematizou um processo de lutas e resistências dos camponeses impactados pelo projeto Minas-Rio e pelo Complexo Industrial e Portuário do Açú, tendo percorrido, com as atingidas e os atingidos, os caminhos “dos mares para as montanhas e das montanhas para os mares” (Costa, 2018).

A relação estabelecida a partir da assessoria jurídica e advocacia popular com a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e com o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) no Estado da Paraíba foram fundamentais para conseguir elaborar um planejamento que contemplasse prioritariamente as áreas de assentamentos rurais ligadas a estes dois movimentos impactados pelo Canal. Neste sentido, os movimentos também *coproduziram* os dados da tese, na medida em que foram contatados previamente para, durante os dias de percurso, relatarem as situações experienciadas pelos atingidos nas áreas de assentamento⁷.

Como foram utilizados instrumentos e métodos inspirados na cartografia social (georreferenciamento dos pontos visitados, utilização de mapas, gravação do percurso realizado de carro, etc), a pesquisa de campo da tese permitiu um processo de sistematização posterior à experiência propriamente dita da forma mais minuciosa possível, o que constituiu um acervo importante⁸, que foi revisitado pelos autores deste artigo.

Já no caso das gravações, foram utilizadas técnicas variadas, desde capturas espontâneas em som ambiente (como ocorreu dentro do carro com o consentimento dos *copesquisadores*) como também foram realizadas entrevistas e coleta de depoimentos mais longos e semi-estruturados, a depender do interlocutor ou interlocutora, com o objetivo de

⁷ Esse encontro entre movimentos no caminho das águas pode ser considerado um dos pontos altos da investigação e se revelou uma estratégia fundamental para a coleta de dados e avaliação mais criteriosa sobre os impactos locais, invisibilizados nos relatos colhidos junto aos órgãos do Governo do Estado. Retomaremos esta questão no próximo tópico.

⁸ Deve-se ressaltar que esta estratégia só foi possível pela colaboração de Francisco Vilar de Araújo Segundo Neto, integrante do LEGAT-UFPB (Laboratório de Geografia das Águas e Território da UFPB), sob orientação do Prof. Dr. Pedro Costa Guedes Vianna. O pesquisador disponibilizou os primeiros mapas com os trechos do Canal decorrentes de sua pesquisa de mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente na UFPB (Araújo Segundo Neto, 2016), e orientou acerca da utilização dos aplicativos de GPS no decorrer da viagem de campo. Por este motivo agradecemos ao LEGAT e ao pesquisador.

compreender como se deu o processo de construção nas áreas visitadas. Neste processo também foi muito importante o papel da liderança do Movimento na tomada de diversos depoimentos, já que se tratava de uma *conversa entre atingidos* buscando compreender “o ontem e o hoje” daquele processo.

Além desta etapa mais longa da pesquisa de campo realizou-se em Setembro de 2019 uma outra viagem a campo, desta vez retornando às comunidades atingidas de Acauã junto com o Professor e coorientador Carlos Walter Porto-Gonçalves, de saudosa memória e a quem dedicamos também este artigo. Esta atividade de campo visou: a) a complementar algumas informações importantes acerca da situação dos atingidos e atingidas de Acauã; e b) realizar uma entrevista coletiva com a Articulação do Semiárido (ASA) na cidade de Campina Grande-PB. Junto com o Professor foi possível visitar novamente a Comunidade de Melancia, exatamente às margens do local onde ocorre a tomada d’água do Canal, além de visitarmos a Comunidade do Costa, considerada a comunidade com a situação mais grave entre todas aquelas que foram atingidas pela construção da Barragem de Acauã.

Nestas visitas foi possível também contar com a *expertise* do Professor⁹ na identificação de algumas situações importantes sobre a territorialidade camponesa e o uso comum das terras e águas às margens do Rio Paraíba. Também realizou-se um conjunto de entrevistas complementares com órgãos do Estado ligados à “gestão dos recursos hídricos”, em especial a Agência Executiva de Gestão das Águas (AES/A), da própria Secretaria de Recursos Hídricos e agendamos uma entrevista com o Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba.

Já no processo final da tese destaca-se um fato muito importante, ocorrido no dia 10 de setembro de 2020. Foi publicado no Diário Oficial do Estado da Paraíba o Decreto Estadual nº 40.520 que destina uma área de 330 hectares para a construção da primeira Agrovila aos atingidos pela Barragem de Acauã. Apesar de todas as dificuldades, baixa qualidade das moradias, falta de acesso à políticas públicas e à água, os atingidos e atingidas resistiram e buscaram as parcerias necessárias para reivindicar suas pautas. Após mais de 20 anos desde a construção da barragem, dois inquéritos civis públicos, duas ações civis públicas, dois relatórios de violações de direitos humanos, o MAB conquistou um projeto de reassentamento para cerca de 100 famílias (ou seja, uma parte ainda pequena

⁹ O Professor Carlos Walter Porto-Gonçalves aceitou um duplo convite para participar de uma longa agenda de atividades com camponeses e agricultores na cidade de Apodi no Rio Grande do Norte, seguido de um Encontro para avaliação dos impactos da expansão do agrohídronegócio naquele território; logo depois continuou nas atividades de campo na Paraíba nas proximidades de Acauã, além de ministrar uma palestra na Semana de Integração Acadêmica Elizabeth Teixeira no Departamento de Ciências Jurídicas da UFPB. Só depois desta bateria de atividades o Professor retornou para o Rio de Janeiro. Com esse breve relato queremos novamente homenagear a importância, a generosidade e a capacidade crítica de um dos maiores geógrafos do país e da América Latina, falecido em 2023.

em relação ao total de atingidos por Acauã, que perfazem cerca de 900 famílias), com reais perspectivas de acesso à terra e à água para produzirem suas condições de existência. O nome do projeto é também emblemático: *Reassentamento Agrovila Águas de Acauã Odilon Bernardo e Orlando Bernardo*¹⁰.

Uma absoluta novidade em relação aos atingidos, conquista histórica e resultado de um amplo processo de articulação¹¹. Em 2026, seis anos após o Decreto supramencionado, o processo de implantação da Agrovila ainda está em curso, com o desenvolvimento de tecnologias sociais adaptadas, cultivo consorciado de algodão colorido orgânico junto às lavouras (Frois, 2023), lotes com acesso à água e à terra e com a expectativa de que as famílias possam finalmente morar na área de reassentamento.

No próximo tópico apontaremos resultados e aprendizados da pesquisa sobre estes conflitos territoriais decorrentes dos cercamentos das terras e das águas, que consideramos úteis para as reflexões sobre a transição energética. A partir de um referencial teórico que alia o materialismo histórico-dialético no estudo crítico dos cercamentos contemporâneos (Morais, 2024), junto com contribuições da ecologia política latinoamericana (Alimonda, 2011) e uma abordagem relacional e multidimensional do conceito de território (Porto-Gonçalves, 2010; Santos, 1977; Souza, 1995).

Neste intuito, discutiremos elementos críticos sobre a “gestão dos recursos hídricos” no caso estudado e o conceito de regimes de desapropriação (Levien, 2014) para compreender algumas engrenagens sobre o papel do Estado nos novos cercamentos (Morais & Coelho, 2024) com parte do aprendizado que estamos propondo acerca das conexões entre o “consenso das grandes obras hídricas” e a disputa sobre as transições energéticas.

4. APRENDER COM AS EXPERIÊNCIAS

4.1 “ASSIM CHAMADA GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS”

Como parte do processo de aprendizado com a tese e dos estudos posteriores para aprofundamento, queremos destacar neste tópico alguns achados da pesquisa,

¹⁰ O nome da Agrovila homenageia os dois irmãos de uma das principais lideranças do MAB na Paraíba. Ambos foram vítimas da violência do latifúndio. Odilon, em 2009, no contexto de lutas da Barragem de Acauã e Orlando (junto com outro companheiro, Rodrigo Celestino), no contexto da luta do acampamento Dom José Maria Pires organizado pelo MST, no litoral sul da Paraíba.

¹¹ No calor dos acontecimentos e da conclusão da tese, ainda pudemos colaborar nas avaliações preliminares sobre esta conquista histórica dos atingidos de Acauã e alertar sobre os novos desafios ligados à construção do Canal Acauã-Araçagi em duas matérias jornalísticas, uma concedida ao Ministério Público Federal (2020) e outra ao Jornal da Paraíba (2020).

relacionando empiria e categorias críticas¹². Esperamos neste último tópico produzir uma síntese, apontando para a especificidade da questão da água neste processo. Esta especificidade, defendemos, deve ser compreendida a partir de uma análise crítica e contextual sobre a “*Assim chamada* gestão dos recursos hídricos”. Pedindo perdão pela ironia, é possível compará-la com a “*assim chamada* acumulação primitiva” – colocando-se em questão, assim, crítica e dialeticamente, a natureza quase idílica e isenta de contradições com a qual o discurso oficial estatal aponta a sua própria eficiência na gestão de recursos hídricos no caso estudado.

Cabe notar, portanto, que se as obras hídricas que estudamos são justificadas pela necessidade de ampliação da disponibilidade hídrica, a sua gestão centralizada no Estado acaba assumindo um papel importantíssimo, como viabilizador e regulador de todo um sistema que é responsável tanto pelo abastecimento público das populações do campo e da cidade quanto pela garantia de água suficiente para a produção das diversas mercadorias.

Assim, carregamos uma reflexão importante sobre como a legitimação associada com as obras hídricas e sua gestão pode tornar mais complexo o processo de questionamento das violações e conflitos - ademais, inerentes a todo e qualquer grande projeto de desenvolvimento, como veremos. Passemos, pois, a análise de algumas entrevistas que nos ajudaram a desvendar as prioridades e os (des)caminhos da gestão dos recursos hídricos que na nossa avaliação são úteis para pensar os (des)caminhos da pauta energética.

Quanto às posições da Agência Estadual de Águas da Paraíba (AESA), seu diretor-presidente afirmou que a *modernização e uso da tecnologia* é uma das chaves da Paraíba desde a chegada das águas da Transposição.

[...] Então a gente já andou quase 230 km com essa água, né. Colocamos 6 PCDs, que são Plataformas de Coletas de Dados, entre Monteiro e Boqueirão.

Pesq - O que é que fazem essas Plataformas?

Entrevistado - Essa daí ela mede, essas que tão no Rio Paraíba, mede a vazão do Rio, a pluviosidade, a temperatura, a umidade e os ventos.

Entrevistado - Então na verdade dá pra monitorar bem assim, com vários dados no curso do Rio. Isso independente da Transposição?

Entrevista - Não. Isso foi colocado para Transposição. Específico para Transposição. Com uma parceria AESA e a ANA (Diretor-Presidente da AESA, 2019).

¹² Pela escolha metodológica dos autores em relação aos aprendizados para a transição energética, optou-se neste artigo em trazer somente trechos revisitados das entrevistas realizadas com os órgãos públicos e outros setores empresariais, pois já há outros trabalhos publicados com trechos das entrevistas com os movimentos sociais. Para mais, ver: Moraes, 2019 e Moraes, Ribeiro, & Silva, 2021.

Juntamente com o projeto da Transposição na Paraíba - outra grande projeto de desenvolvimento que foi também alvo de diversas disputas políticas e judiciais até iniciar sua execução (Barros, 2017) - advieram algumas políticas modernizadoras específicas para ampliação do monitoramento e controle das águas. Há também uma intensificação no uso de outras tecnologias, a exemplo dos drones:

Entrevistado - É outra coisa, é a parte das fiscalizações. A gente tem três tipos de fiscalizações. A de imagem de satélite, a dos drones e a presencial, infelizmente que tem que chegar. A gente analisa a imagem de Satélite, depois quando vê que algum canto teve alguma parte de umidade, aí a gente manda o drone. E também essas plataformas, a gente sabe a vazão que tá passando numa, você sabe as perdas que tem, e se der uma diminuição muito [grande] da vazão é porque tá tendo uso irregular. [...] A gente geralmente faz mais com drone. Porque o drone já referencia a gente na notificação pra casa do rapaz [...]

Para o entrevistado essa é a chave para melhorar a gestão e o controle sobre as águas. Sobre a modernização e uso da tecnologia como “meios” para a concretização de uma gestão eficiente, também se destaca a questão da informatização, que é encarada como mais um procedimento de avanço, inclusive nos temas mais complexos como é a questão da cobrança pela água:

Entrevistado - A cobrança andou muito, a gente tem um módulo de cobrança, então a gente sabe na hora quem foi que pagou esse mês, quem tá devendo, se a pessoa der entrada numa renovação de outorga, que não tiver pago uso de recurso hídrico essa outorga não sai. Tudo informatizado. [...] Mas todo o procedimento do usuário de receber e tirar documento é tudo online. Se ele chegar aqui com documento vai ter ali um scanner, a gente escaneia devolve o papel pra ele e quando termina a sua licença, outorga, é enviado pro e-mail dele. Quem imprime é ele, a gente não imprime nada. [...] Volume de água você tem no monitoramento. Certo? Quando você vai aqui na parte [do site] que está aberta [...], você tem a quantidade dos 135 [açudes] monitorados. Certo? Com relação à outorga você vai ter que entrar no nosso sistema, aí você vai lá e faz a análise. Agora ela não é tão refinada como na hora que você pede o dado, porque a gente tá tratando esse dado “pra” que não haja nenhuma utilização sem outros fins entendeu. Mas que toda outorga da gente tem é acessado, é público (Diretor-Presidente da AESA, 2019).

Pesq. - Vocês estão entendendo que a tecnologia é a chave aí pra poder garantir? Entrevistado - Sem dúvida nenhuma. Nosso sistema de informação é elogiado no Brasil todinho. Entendeu? Então por aqui pelo meu sistema eu vejo aqui quantas outorgas saiu hoje, pra onde saiu, tudo. Tem a parte de monitoramento também, já desse sistema, a parte de fiscalização, tudo tá dentro do mesmo esquema. A parte de segurança de barragem, tudo é dentro do sistema (Diretor-Presidente da AESA, 2019).

Em nossa análise, o processo de modernização indica um maior aparelhamento do órgão quanto ao uso das novas tecnologias, ao passo em que aponta para a busca por um “modelo de eficiência” na gestão dos recursos hídricos, nos moldes do que preconiza o Banco Mundial, informação trazida pela servidora da Secretaria de Recursos Hídricos, acerca de um “novo projeto de segurança hídrica” elaborado pelo Governo do Estado para receber verbas do Banco Mundial.

Esse aí é um projeto que a gente tá elaborando junto com o Banco Mundial. Hoje a gente encerrou a missão do Banco, desde segunda-feira eles tavam aqui... quando vem a missão do Banco eles vem sem hora... [...] Aí a gente conseguiu em dezembro e a partir de janeiro a gente iniciou a elaboração do Projeto. O que pega muito no Banco Mundial é as salvaguardas sociais e ambientais, né? Eles são muito rigorosos quanto às salvaguardas.[...] O financiamento do Banco é pra segurança hídrica do Estado, só que pra preparar esse projeto eles acionam as salvaguardas que podem estar sendo afetadas com esse projeto. No caso da gente foram acionadas 5 salvaguardas: social – política de reassentamento, ambiental, cultural, de barragens e tinha outra... mas daqui a pouco eu me lembro. Aí eles acionam essas salvaguardas e a gente tem que fazer todo um estudo quanto a isso, aos impactos que podem causar o projeto de segurança [...] O Banco ele tem muito isso, ele tem muito esse foco de “gestão de recursos hídricos”, então a gente precisa reforçar nossa gestão para que a gente tenha uma avaliação melhor (Servidora-Gerente da SEMARHCT, 2018).

As ações do Banco Mundial está na melhoria na “gestão dos recursos hídricos”. Interessante entender a relação intrínseca entre “o foco na gestão” e a questão da eficiência, numa espécie de gramática de “otimização” e “modernização” própria de uma racionalidade mercantil-capitalista, como podemos observar no trecho a seguir:

É tanto que o Banco agora fez uma avaliação econômica-financeira do nosso projeto, ele deu uma taxa de retorno de 2,5%, altíssima, acima da média da América Latina. É bem interessante, esses dados o banco vai nos passar e aí eu posso repassar. [...] Então a gestão também ela tá muito focada, a gente vai reforçar AESA, porque a AESA vai ser a nossa operadora estadual na gestão das águas do São Francisco (Servidora-Gerente da SEMARHCT, 2018).

Aproveitando esta profusão de menções mais expressas ao Banco Mundial apontamos as reflexões de Ribeiro, Santos e Silva sobre este tema, indicando como na década de 1990 várias correntes de pensamento neoliberal hegemonizam as reflexões sobre a questão hídrica no mundo:

Entre essas correntes de pensamento neoliberal dominantes na década de 1990, estava o Banco Mundial, que publicou em 1993 o relatório Water Resources Management. Criado por um time de pesquisadores o documento passou a embasar os investimentos do órgão e a influenciar uma série de políticas públicas em diferentes países. Além de afirmar que os recursos hídricos são um dos principais ramos de atuação do banco, o texto inaugura o argumento, hoje recorrente, de que a oferta abundante e barata de água leva consumidores e gestores a usar o recurso de maneira insustentável. Outro argumento dessa corrente de pensamento é que a alternativa à privatização seria o caos no

abastecimento e o aumento da degradação ambiental, já que o Estado seria sistemicamente incapaz de gerir bem esse recurso (Ribeiro, Santos e Silva, 2019, p. 29).

As políticas de gestão de recursos hídricos atualmente em desenvolvimento no Estado têm sido pautadas por esta relação com o Banco Mundial, quer seja pela própria necessidade de aporte de recursos, quer seja pela racionalidade que preside a gestão dos recursos hídricos desde sua implementação no Brasil, nos anos 1990. E mesmo com a existência de “salvaguardas” – exigências do Banco para conceder os financiamentos – a lógica da “máxima eficiência dos recursos hídricos” traduz-se numa visão gerencialista e, em geral, voltada para a “conciliação” dos interesses do mercado e do Capital com o interesse público de fornecimento de serviços de água, com consequências previsíveis em favor do mercado e do Capital. Se o bem que estivesse em jogo não fosse a água e sim outra mercadoria qualquer, a “gramática” utilizada seria muito semelhante: racionalização, gestão, eficiência, monitoramento, controle. Outro elemento para levar em conta nas disputas sobre as transições energéticas.

Nas entrevistas, pode-se concluir que há um manancial de ações estratégicas em curso para garantir o maior controle estatal das águas. E este controle está longe de ser contraposto à lógica mercantil e privada, antes é o seu complemento necessário, já que conta com a legitimação social de uma das mais nobres funções dele decorrentes, o abastecimento de água das populações.

Em síntese, nesse conjunto de procedimentos e ações deve-se ressaltar o caráter “modernizador” que se articula e pressupõe a necessidade da manutenção das distintas formas de *despojo*, que se completam com o tema das desapropriações (a serem detalhadas abaixo). A dimensão política estatal assume uma grande relevância para a garantia do processo de cercamento das águas, exatamente por este caráter centralizador e “parceiro” da iniciativa privada, viabilizando grande parte dos processos de produção de mercadorias a partir da “gestão eficiente” dos recursos hídricos.

Por outro lado, cabe a pergunta sobre *quem pode* efetivamente se beneficiar desse processo de modernização da gestão dos recursos hídricos, somado à construção do Canal? A entrevista realizada com o Presidente da ASPLAN (Associação dos Plantadores de Cana-de-açúcar do Estado) elucidou alguns pontos centrais acerca da expectativa do “setor produtivo” sobre a obra, que tem sido acompanhada de perto por aquela entidade patronal. Perguntamos qual era sua percepção sobre o Canal e se o setor participou ou influenciou de alguma maneira no planejamento das obras.

primeira coisa [é que] a gente tem que agradecer desse Canal ter chegado, eu acho que todo mundo tem uma expectativa positiva, tá certo? Porque *numa região onde a gente precisa de um complemento, que nessa região não é totalmente árida, é uma região de transição, é uma região que tem anos bons, anos que não*

chove tão bem. E com esse Canal com certeza seria um complemento, [uma forma] de a gente ter uma segurança hídrica de poder produzir não só cana, como outras culturas. [...] Agora, o que a gente precisa ver com negócio de governo é que quando pega gestão pública em perímetros irrigados, a maioria não tiveram muito sucesso... [...] Então a expectativa dos produtores é que esse Canal sirva... porque a gente sabe que a prioridade de um Canal e da água (até na própria lei já é bem clara) é a finalidade número um: consumo humano. Número dois: consumo animal, e terceiro: outros fins. Então nos outros fins é onde vai entrar a questão da irrigação, tá certo? [...] Qual, na minha opinião, direta mesmo [...] Hoje, se esse Canal começasse a funcionar não teria como funcionar, [por]que ele ia ligar “nada a coisa nenhuma”... e pelo menos “a coisa nenhuma” lá tá cheia, tá certo? Isso é uma ligação de Bacias aonde essa de Araçagi, todos os anos, não sei se vocês sabem disso aí, tem conhecimento, todo ano ela fica com sua capacidade total. Todo ano ela sangra, tá certo? Então qual seria a lógica e a resposta da pergunta direto [...] nem todo mundo está com a tranquilidade que isso vai ser bom, muita gente tá em dúvida, porque você tem uma propriedade que tá lá, que foi dos seus avós há cem anos, nunca chegou nenhuma política pública, nenhum Canal desses nem coisa nenhuma, na hora que chegar isso vai ser bom ou ruim? Todo mundo vai dizer que vai ser bom, [mas] ninguém sabe se é bom. Porque tá lá, aí faz uma desapropriação que passa com 60 metros desapropriando dentro da sua propriedade, se você não tiver acesso vai servir de quê isso aí pra você? [...] A primeira pergunta [para o Estado é] vai poder usar essa água? Como é que vai ser usada essa água? Então, a gestão dessa água é que é o principal, porque não adianta você gastar bilhões de reais [...] e você ficar vendo a água passar sem poder usar. [...] então o principal que tem que haver não é só o investimento, é a gestão desse investimento (Presidente da Asplan, 2018 - grifos nossos).

Se a Barragem de Araçagi “sangra todos os anos”, a água advinda do Canal se traduz como *reserva de valor* para aquelas atividades. O entrevistado continua o argumento, afirmando a necessidade de construir uma iniciativa público-privada a fim de garantir a utilização das águas do Canal, correspondendo, assim, às expectativas do setor:

[...] Então a expectativa, e o que a gente tem que ver, é o uso dessa água, como é que vai ser usada... Porque a gente sabe que tem período aqui, o Nordeste não é seco 100% não, aqui você tá vendo chovendo aqui hoje, esse litoral nosso aqui, durante todo o ano uns três, quatro meses tem uma estação chuvosa aqui abundante... [...] Essa barragem de Araçagi vai continuar todo ano sangrando no mês de março, abril... Qual seria o negócio racional e importante: uma iniciativa público-privada aonde os produtores pudessem usar esse Canal para abastecer suas reservas, suas pequenas barragens, seus reservatórios, durante o período que não tivesse precisando, que tivesse sobrando água... O que não tem sentido, professor, é você trazer uma água, [...] e o governo gastar bilhões de um dinheiro público para ligar um Canal desse e essa água vim a cair lá no mar sem tá usando, [...] Porque se não tiver cuidado a única coisa que vai servir é desviar essa água, [...] e se não tiver um uso racional dessa água, ela vai desviar um pouco e chegar lá embaixo no mar, passar por aqui e não deixar nada de produção (Presidente da Asplan, 2018 - grifos nossos).

Em suma, não se trata de pensar a produção agrícola como exceção e a necessidade de abastecimento como regra, mas de colocar a água e sua gestão em função das demandas do agrohidronegócio, do presente e do futuro. Trata-se, portanto, de planejar.

Utilizamos o termo planejamento a partir das lições de Oliveira (2008) quando analisa a trajetória do Nordeste como “questão” no seu clássico *Elegia para uma re(li)gião*. Uma abordagem que não autonomiza o planejamento hídrico ou o planejamento das grandes obras hídricas, como se a “assim chamada gestão dos recursos hídricos” pudesse operar fora dos marcos do próprio sistema que a determina, contraditória e dialeticamente. Desta forma, concordamos com o autor quando aponta sobretudo o que o planejamento não pode fazer, num sistema capitalista:

Marco de um sistema capitalista de produção, a possibilidade do planejamento é dada pelo caráter mesmo das relações de produção e, portanto, sociais que fundam esse sistema: o cálculo econômico, antes mesmo de ser reconhecido pela teoria econômica, é o fundamento das decisões dos agentes econômicos do capitalismo, a burguesia, no caso. [...] O que o planejamento não pode realizar é a superação da contradição básica do sistema de produção capitalista, que se instala no coração da própria mercadoria: a antítese dialética entre valor e mais-valia, entre trabalho morto e trabalho vivo, trabalho pago e trabalho não pago; mas desde que o planejamento no sistema capitalista limite-se a recolocar no início do ciclo produtivo os elementos finais que estão no produto, isto é, limite-se a repor os pressupostos da produção capitalista, sua possibilidade torna-se perfeitamente plausível: em síntese, o planejamento num sistema capitalista não é mais que a forma de racionalização da reprodução ampliada do capital. [O planejamento] Pode operar, exatamente neste sentido, na mudança da forma da mais-valia que deve ser reposta para a continuidade do ciclo; para dar um exemplo, que cabe como uma luva no caso do planejamento regional para o Nordeste do Brasil, desde que foi capaz de transformar uma parte da mais-valia, os impostos, e fazê-los retornar sob controle da burguesia como capital, o Estado tornou-se capaz de operar uma mudança de forma do excedente que retornou ao processo produtivo. Isso, e somente isso, é o que o planejamento pode fazer num sistema capitalista (Oliveira, 2008, p. 139–140 - grifos nossos).

O Capital adiantado dentro do ciclo produtivo, pois, visa obter um retorno ainda mais certo e previsível, dada a possibilidade de planejar e extrair mais-valor ao longo de todo o ano, com a certeza de que as atividades não seriam interrompidas por eventuais dificuldades hídricas, já que haverá um estoque deste *recurso-complemento*.

Este raciocínio, longe de derivar de uma dimensão local, encontra ressonância no próprio debate sobre o direito à água no cenário internacional, como afirma Riccardo Petrella (2020):

Estamos testemunhando um duplo ato de expropriação e de mistificação da segurança hídrica, pelas três “potências mundiais” que colonizaram a vida na Terra, especialmente nos últimos 70 anos. Refiro-me, em primeiro lugar, ao poder global de grupos e instituições que tomam decisões em nome dos princípios da sociedade capitalista. Atualmente, parece normal que os maiores consumidores,

predadores e exploradores de água do mundo — tais como Nestlé, Coca Cola, Pepsi Cola, Danone, Unilever, Syngenta, Bayer, Monsanto, Bouygues, Suez, Veolia, Amazon, Microsoft, Apple, Facebook, Google, Total, Shell, Exxon, Rio Tinto, Glencore, General Electric, Boeing, CityCorp, BNP, entre outros — *tenham se autoproclamado os principais defensores da água e protagonistas do gerenciamento de medidas e definições para promover a segurança hídrica*. Para eles, a segurança hídrica significa segurança econômica do capital mundial, o que envolve a criação de condições favoráveis (regras, financiamento, mercados) para garantir que a água necessária, em sua devida quantidade e qualidade, seja amplamente acessível e utilizada para sustentar suas atividades. Caso contrário, afirmam, não haveria mais crescimento econômico, riqueza, bem-estar, qualidade de vida. [...] Isto não ocorre porque seus líderes sejam pessoas cruéis por natureza, mas *porque agir dessa forma está dentro da lógica esperada de uma sociedade capitalista*. Isso tem sido comprovado em todas as tentativas fracassadas de “humanizar” o capitalismo ou dar a ele “um rosto mais humano” ou “uma cor vermelha, verde, azul” (Petrella, 2020).

Como operar essa composição diferenciada do Capital na agricultura? Através de uma gestão eficiente aliada à continuação da lógica das expropriações. E a palavra gestão – ao contrário de qualquer mistificação que possa ser ensaiada pelos agentes do Estado – aqui é entendida como ampliação do controle e/ou mercantilização para o seu uso ligado ao agrohidronegócio, inclusive com a possibilidade de celebração de parcerias público-privadas. A água, portanto, é entendida como um meio direto e indireto de acumulação (Ioris, 2010) e a sua gestão deve ser uma facilitadora deste processo.

Neste exato sentido, a articulação entre o aumento da oferta hídrica e a instalação de mais uma infraestrutura pode permitir que os proprietários “abasteçam seus reservatórios, suas barragens” durante o período em que “sobrasse água”, nas palavras do presidente da ASPLAN. Atente-se que o Canal causa uma grande expectativa para cumprir seu “destino racional”, que é exatamente o de ser utilizado com fins produtivos pelos grandes proprietários por onde ele passa. Este destino racional nos remete diretamente à compreensão moderna de água: fixa, reificada, apropriável e colonizada pela lógica da produção das mercadorias (Linton, 2010).

O termo recurso hídrico – que caracterizamos como a “forma jurídica estatal para a gestão/controlar das águas” (Morais & Coelho, 2024) – opera nessa “zona nebulosa” entre a água como mercadoria, como outra qualquer no capitalismo, e a água como bem comum. Neste segundo caso (a água como bem comum) o que está em jogo são as necessidades mais básicas das classes e grupos sociais subalternizados de se manterem vivos e de manterem a própria água com vida, numa relação de essencialidade que questiona ou impõe limites à lógica da propriedade privada da água.

Exatamente por isso o Estado assume um papel central para garantir um regime de desapropriações (Levien, 2014), viabilizando de maneira traumática a concretização da infraestrutura necessária à continuação permanente dos cercamentos e para afiançar um

controle cada vez maior e mais especializado sobre o uso das águas nas suas diversas formas.

E esse regime de desapropriações se afirma através de um discurso que valoriza o papel do Estado como “mediador” de conflitos e interesses, por um lado, e na “supremacia do interesse público”, de outro. O argumento, sempre utilizado, é que “sem controle, aí fica complicado”, impedindo a construção de alternativas participativas e populares de gestão comunitária das águas, por exemplo. Olvida-se, com isso, que falar de águas nesta quadra histórica é, antes de tudo, falar de conflitos entre a garantia das condições mais básicas de reprodução da vida e a continuação da garantia de reprodução ampliada do Capital.

4.2 O REGIME DE DESAPROPRIAÇÃO NO CAPITALISMO (NEO)EXTRATIVISTA

Nem sempre nos damos conta da complexidade do “papel do Estado” nas desapropriações. Desta forma nos chamou a atenção a problemática levantada pelo autor supracitado, como uma contribuição para uma teorização mais abrangente sobre “o papel das desapropriações no capitalismo”, que ele considera ter sido alvo de poucas – ou inadequadas – reflexões ao longo do século XX, em especial nas ciências sociais.

Levien (2014) afirma que é preciso fugir das abordagens generalizantes e economicistas que apontam as consequências e razões das desapropriações como uma “decorrência lógica do circuito global do capital” e propõe que não subestimemos o elemento mais significativo da desapropriação, qual seja, a de “ser um processo profundamente político pelo qual os detentores dos meios de coerção redistribuem de forma transparente os ativos de uma classe para outra” (2014, p. 34–35).

É importante, pois, perceber de maneira mais complexa a relação de dependência direta das desapropriações com o poder político estatal. O autor continua seu argumento, destacando os dois componentes essenciais neste processo:

Um Estado disposto a desapropriar em nome de um conjunto específico de propósitos econômicos vinculados a interesses de classes específicos e um meio de gerar consentimento a essa desapropriação. Esses dois estão intrinsecamente interligados” (Levien, 2014, p. 37 - grifos nossos).

Há, portanto, um papel fundamental da ideologia nesse processo, com diversas estratégias e apelos para a produção de consenso, pois mesmo que os regimes de desapropriação não possam “se esconder” numa mistificação por conta da sua inevitável transparência no processo de acumulação, estes regimes “se apoiam, em alguma medida, no emprego ou na ameaça de coerção. Este fato destaca a distinção crítica entre desapropriação e exploração” (2014, p. 41). Mais um elemento central que aproxima a discussão hídrica com a discussão sobre a transição energética.

Assim, os “apelos ao consenso” são bem diferenciados. Podem ser operados a partir do “uso de coerção bruta para gerar consenso”, mas também utilizando os meios normativos e materiais, de forma a ampliar a “caixa de ferramentas” utilizada para garantir o processo “extraeconômico” que caracteriza a desapropriação:

A inevitável transparência da desapropriação, que resulta da intervenção direta da coerção extraeconômica, torna uma mistificação impossível. Sem o benefício da invisibilidade, o Estado precisa garantir a desapropriação por meio de formas explícitas de persuasão: sejam estas apelos normativos, concessões materiais ou a ameaça de violência (Levien, 2014, p. 39).

Destaca-se a importância da existência de meios que viabilizem um novo processo de cercamentos e suas justificativas ideológicas, no curto, médio e longo prazos - toda esta reflexão está intimamente ligada também com o contexto da transição energética. Neste sentido, acreditamos que é possível fazer uma espécie de sociologia das desapropriações com esta inspiração:

Em última análise, a desapropriação é um processo por meio do qual os detentores de meios de coerção obrigam os detentores de meios de produção ou subsistência (comunal ou privada) a cedê-los a terceiros. O estudo da desapropriação deve começar aqui, no ponto do cercamento. Partindo daqui, é possível examinar os propósitos econômicos e interesses de classe variáveis que motivam a desapropriação em diferentes momentos e lugares; como eles determinam a capacidade do Estado de produzir consenso à desapropriação; o tipo de acumulação que isso facilita; e as consequências de tudo isso para os desapropriados (Levien, 2014, p. 45 - grifos nossos).

Acreditamos que esta análise nos ajuda a complexificar a construção teórica e também metodológica sobre os novos cercamentos. No contexto da transição energética, a intervenção do Estado para garantia dos procedimentos nas grandes obras é também fundamental, ainda que os empreendimentos sejam privados e com capital internacional.

Neste sentido, aprende-se com a tese que o cercamento das águas (e acrescentaríamos, dos ventos ou de qualquer bem natural) pode ser um *meio* para o cercamento da terra, e vice-versa. No caso das desapropriações ocorridas para viabilizar as obras do Canal, o que ocorreu foi exatamente isso: as desapropriações são necessárias à obra que, posteriormente, será utilizada para a passagem das águas decorrentes do complexo planejamento de integração hídrico-territorial, que demandará por sua vez mais desapropriações. Uma cerca leva a outras.

No contexto da transição energética para implantação, por exemplo, de parques eólicos e solares, temos também o processo de expropriação das terras (e águas) necessárias para a instalação dos empreendimentos quanto toda a infraestrutura logística necessária para viabilizar os “novos caminhos da energia limpa”: linhas de transmissão, baterias, transformadores, toda uma cadeia produtiva que necessita, como base primária,

da expropriação das terras, das águas e dos ventos. Uma cerca leva a outras, como estamos insistindo.

Assim como na questão hídrica, acrescentamos que essa abordagem territorial é fundamental para o estudo crítico das transições energéticas. Esta precaução se faz necessária porque, em parte das investigações que tem esse como recorte a discussão aparece de forma apartada das lutas territoriais, conferindo uma certa autonomia à questão hídrica que ela, de fato, não tem e que os próprios movimentos, povos e comunidades tradicionais não reivindicam.

Objetivamente não se pode ignorar os fenômenos climáticos específicos e a existência e importância de uma geobiografia social também muito específica, como é a caatinga. Mas estas determinações socioespaciais e climáticas não explicam o processo social de apropriação privada representado pelas diversas cercas – do agrohidronegócio, dos açudes e barragens, e mais recentemente dos parques eólicos e solares - que também transforma saberes em mercadoria.

No caso nordestino, nacional e latino-americano estamos convencidos da importância do debate hídrico associado com o debate climático, agrário e socioambiental. As lutas em defesa das águas, no entanto, nunca estão dissociadas das lutas por terra e território. Afinal, terra-água-vida só podem ser entendidas como metabolismo situado histórica e geograficamente, ou seja, enquanto território, como nos ensinou o Professor Carlos Walter Porto-Gonçalves “isto é, enquanto inscrição da sociedade na natureza, com todas as contradições implicadas no processo de apropriação da natureza pelos homens e mulheres por meio das relações sociais e de poder” (2006; 2020).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS: É PRECISO CRITICAR OS CONSENSOS

Como conclusões possíveis neste ensaio coletivo, gostaríamos de propor analiticamente a existência de um outro “consenso”, produzido sobretudo pela ação estatal, ao realizar uma apropriação crítica do conceito de grandes projetos de desenvolvimento (GPDs). Este conceito estabelece uma relação íntima destas atividades extrativas com novas formas de configuração territorial e em múltiplas escalas. Nos termos de Alentejano e Tavares:

Os GPDs podem ser entendidos como atividades e empreendimentos de proporção (econômica e física) significativa e que são extensivamente e intensivamente impactantes a uma dinâmica regional. [...] Todas essas atividades, de modo geral, não são implantadas em função de demandas locais, mas de demandas vindas de outras escalas. *Ao mesmo tempo dependem dos lugares para sua existência, e dessa forma precisam de uma série de instrumentos e meios de legitimação para sua aceitação ou imposição.* Esses meios vão desde estratégias de convencimento até o uso da força. [...] A implementação de GPDs tem cada vez mais um papel protagonista na produção do espaço [...] em países emergentes

como Brasil, que vem baseando seu modelo de desenvolvimento na exploração intensiva de recursos naturais para exportação (Svampa, 2012) e precisam criar meios de escoamento rápido e barato dessa produção, bem como unidades de processamento (Alentejano & Tavares, 2019, p. 194).

Na sistematização que fizemos acerca dos achados da tese a respeito do cercamento das águas, vimos que esse movimento é hegemônico pela necessidade de ampliação da oferta hídrica em contextos ou momentos de escassez, repetindo-se um modelo de gestão das águas baseado nas “soluções hidráulicas de grande porte”, mesmo quando estas obras indiquem a predominância de outros interesses em relação ao abastecimento humano, sob a insígnia dos “usos múltiplos”. A escassez, somada ao apelo popular sobre a necessidade de levar água à população serve como fundamento ideológico não para a priorização ou garantia do abastecimento humano, mas para a produção deste “consenso” sobre a inevitabilidade das grandes obras, mediador fundamental no modelo de capitalismo neoextrativista na América Latina e no mundo.

Estas características aproximam a discussão sobre os novos cercamentos, a crítica aos GPDs e os desafios da transição socioecológica, que restou reduzida à transição energética pelo discurso e pelas práticas hegemônicas. Neste sentido, estamos de acordo com Svampa e Bringel de que no atual cenário este processo se assemelha a um extrativismo verde ou um colonialismo energético:

una nueva dinámica de extracción capitalista y de apropiación de materias primas, bienes naturales y mano de obra [...] con el propósito de llevar a cabo la transición energética verde. [...] el colonialismo energético es la pieza central de un nuevo consenso capitalista, que definiremos como el «Consenso de la Descarbonización». [...] Su leitmotiv es luchar contra el calentamiento global y la crisis climática, estimulando una transición energética promovida por la electrificación del consumo y la digitalización. Sin embargo, más que proteger el planeta, contribuye a destruirlo, profundizando las desigualdades existentes [...] y perpetuando el modelo de comodificación de la naturaleza (Bringel e Svampa, 2023, p. 53).

Tomando como referência o conceito de GPDs e nossa discussão analítica e empírica neste artigo, gostaríamos de finalizar apontando o seguinte: junto ao “consenso das *commodities*” e antes do que hoje estamos caracterizando como o “consenso da descarbonização”, há necessariamente um “consenso das grandes obras”, quer seja no sentido das obras e empreendimentos executados para viabilizar e expandir as atividades extrativistas, quer sejam aqueles decorrentes das próprias atividades extrativistas, repetindo lógicas coloniais e capitalistas de apropriação e destruição da natureza e dos povos e gentes que as protegem e defendem.

Assim, os cercamentos contemporâneos dos bens naturais (aqui incluídas as águas, os ventos e o sol e seus potenciais de produção de energia) continuam subordinados a duas

lógicas perversas: 1) a lógica (neo)desenvolvimentista que “reifica” os diversos grupos sociais atingidos, produzindo sucessivas violações de direitos humanos e conflitos territoriais, ao passo em que “humaniza” os grandes projetos de desenvolvimento e os empreendimentos privados sob a justificativa ideológica de “combater a seca” ou de “promover a transição energética”; 2) para efetivar este processo, produz-se também e de forma permanente um “consenso das grandes obras”, que mobiliza ideologicamente os setores empresariais e financeiros, bem como as instâncias estatais.

Acreditamos que a reflexão conjunta sobre os novos cercamentos dos bens comuns à luz das críticas que vem se retroalimentando acerca destes “consensos” (das commodities, das grandes obras e da descarbonização) podem e devem ser ampliados com pesquisas interdisciplinares que valorizem a dimensão empírica. Nossa proposta é que o estudo dos cercamentos contemporâneos devem reconhecer, por um lado, a complexidade contraditória das formações socioterritoriais e os distintos arranjos decorrentes da ação do Estado e do capital, e, por outro, a agência dos grupos e classes que resistem, apontando para outros sentidos e possibilidades para as transições que não se pautem pela reprodução ampliada do capital mas pela reprodução e defesa da vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | REFERENCES | REFERENCIAS

- Acsegrad, H. (2024). O clima dos negócios. Recuperado de <https://aterraeredonda.com.br/46812-2/>
- Alentejano, P. R. R., & Tavares, E. (2019). Os Grandes Projetos de Desenvolvimento (GPDs): Uma análise crítica a partir da Geografia. *Terra Livre*, 1(52), 190–233. Recuperado de <https://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/view/1620>
- Alimonda, H. (Org.). (2011). *La naturaleza colonizada: Ecología política y minería en América Latina* (1o ed.). Buenos Aires: CICCUS/CLACSO.
- Araújo Segundo Neto, F. V. de. (2016). *Diferentes formas de abastecimento de água na região semiárida da bacia do rio Paraíba* (Dissertação (Mestrado) - PRODEMA, Universidade Federal da Paraíba). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa-PB. Recuperado de <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/9187>
- Assessoria de Comunicação da Procuradoria da República na Paraíba. (2020). Publicado decreto que desapropria fazenda para assentar parte das famílias atingidas pela barragem de Acauã, na Paraíba. Recuperado 2 de novembro de 2020, de <http://www.mpf.mp.br/pb/sala-de-imprensa/noticias-pb/publicado-decreto-que-desapropria-fazenda-para-assentar-parte-das-familias-atingidas-pela-barragem-de-acau-a-na-paraiba>
- Barros, J. N. (2017). *O desencantamento das águas no Sertão: Crenças, descrenças e mobilização social no Projeto de Transposição do Rio São Francisco* (1o ed.). Rio de Janeiro: Letra Capital.

- Borras Jr., S. M., Franco, J. C., Gómez, S., Kay, C., & Spoor, M. (2012). Land grabbing in Latin America and the Caribbean. *The Journal of Peasant Studies*, 39(3–4), 845–872. <https://doi.org/10/gg5v87>
- BRASIL. (2010). Relatório da Comissão Especial “Atingidos por Barragens”. Brasília-DF: Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH). Recuperado de Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) website: <http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/temas-de-atuacao/populacao-atingida-pelas-barragens/atuacao-do-mpf/relatorio-final-cddph>
- Bringel, B., & Svampa, M. (2023). Del «Consenso de los Commodities» al «Consenso de la Descarbonización». *Revista Nueva Sociedad*, (306). Recuperado de https://static.nuso.org/media/articles/downloads/3.TC_Bringel_y_Svampa.pdf
- Bringel, B., & Varella, R. V. S. (2016). A pesquisa militante na América Latina hoje: Reflexões sobre as desigualdades e as possibilidades de produção de conhecimentos. *Revista Digital de Direito Administrativo*, 3(3), 474–489. <https://doi.org/10/ggtnqd>
- Costa, A. M. A. (2018). O processo de expropriação das terras do Açu e a trajetória de lutas dos camponeses impactados pelo projeto Minas-Rio (Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Dantas, J. C. (2020). A FALSA VILÃ: IDEOLOGIAS E AÇÃO ESTATAL NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO/ The false villain: Ideologies and state action in the Brazilian semi-arid/ La Falsa Villana: Ideologías y acciones estatales en la región Semiárida Brasileira. *REVISTA NERA*, (51), 157–179. <https://doi.org/10/gr94j6>
- Diretor-Presidente da AESA. (2019). Entrevista concedida à equipe da pesquisa de campo — Novo caminho das águas. João Pessoa-PB, 2019.
- Fals-Borda, O. (1984). ASPECTOS TEÓRICOS DA PESQUISA PARTICIPANTE. Em C. R. BRANDÃO (Org.), *Repensando a Pesquisa participante* (p. 42–62). Brasília: Brasiliense.
- Fals-Borda, O., & Moncayo, V. M. (2009). *Una sociología sentipensante para América Latina* (1o ed.). Bogotá D.C.: Ciudad de Buenos Aires, Argentina: Siglo del Hombre; CLACSO.
- Frois, C. (2023). Após 20 anos de luta, atingidos pela barragem de Acauã realizam colheita de algodão em reassentamento conquistado. Recuperado 17 de março de 2026, de MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens website: <https://mab.org.br/2023/09/20/atingidos-pela-barragem-de-acaua-realizam-primeira-colheita-de-algodao-em-reassentamento/>
- Harvey, D. (2004). *O Novo imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola.
- Hernández, F. J. H. (2019). LA DINÁMICA EXTRACTIVA DEL CAPITAL COMO AMENAZA PARA LA REPRODUCCIÓN DE LA VIDA. ALGUNAS REFLEXIONES DESDE LA ECOLOGÍA POLÍTICA Y EL MARXISMO EN TORNO A LA NOCIÓN DE “PROYECTOS DE MUERTE”. *Confluências | Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito*, 21(2), 209–225. <https://doi.org/10/gr94ks>
- Ioris, A. A. R. (2010). Da foz às nascentes: Análise histórica e apropriação econômica dos recursos hídricos no Brasil. Em A. W. B. de ALMEIDA (Org.), *Capitalismo globalizado e recursos territoriais: Fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo* (p. 211–255). Rio de Janeiro, RJ, Brasil: Lamparina.

- Jornal da Paraíba. (2020). Perda do direito à terra e à memória por famílias camponesas no Canal Acauã-Araçagi. Recuperado 2 de novembro de 2020, de Jornal da Paraíba website:
https://www.jornaldaparaiba.com.br/vida_urbana/perda-direito-terra-e-memoria-por-familias-camponesas-pode-ser-revivo-com-canal-acaua-aracagi.html
- Kay, S., & Franco, J. (2012). *The global water grab: A primer*. Amsterdam: Transnational Institute.
- Levien, M. (2014). DA ACUMULAÇÃO PRIMITIVA AOS REGIMES DE DESAPROPRIAÇÃO. *Sociologia & Antropologia*, 4, 21–53. <https://doi.org/10/gr94j2>
- Linton, J. (2010). *What is water? The history of a modern abstraction*. Vancouver: UBC Press.
- Morais, Hugo Belarmino de. (2019). SEGURANÇA HÍDRICA PARA O CAPITAL E DESPOJO MÚLTIPLE EM CONTEXTOS DE ESCASSEZ: ANÁLISE CRÍTICA SOBRE O NOVO CAMINHO DAS ÁGUAS NO ESTADO DA PARAÍBA, BRASIL. *Confluências | Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito*, 21(2), 135–156. Recuperado de <http://www.periodicos.uff.br/confluencias/article/view/34704>
- Morais, Hugo Belarmino de, Ribeiro, A. M. M., & Silva, O. B. da. (2021). O “NOVO CAMINHO DAS ÁGUAS” NA PARAÍBA: DESPOJO MÚLTIPLO E REGIMES DE DESAPROPRIAÇÃO EM OBRAS HÍDRICAS NO SEMIÁRIDO NORDESTINO. *REVISTA NERA*, (59), 109–132. Recuperado de <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/8739>
- Morais, H. B. (2024). O CARCARÁ NAS TRILHAS DA ACUMULAÇÃO PRIMITIVA: reflexões sobre o processo de “cercamento das águas”. Em V. L. de Oliveira, M. J. A. de Souza, & J. P. do V. de Medeiros (Org.), *PESQUISAS EM SOCIOLOGIA E DIREITO: Sentidos de Justiça, Território e Conflitos Socioambientais*. Niterói: Editora Itacaiúnas / Uaná. Recuperado de https://www.editorauana.com.br/_files/ugd/dbb126_a0ac438140554e8baad510b13e048281.pdf
- Morais, H. B., & Coelho, N. (2024). O Trilema das Águas na Experiência Jurídica Brasileira: Entre Mercadoria, Recurso Hídrico e Bem Comum Não-Apropriável. *Direito Público*, 21(109). <https://doi.org/10/g7h5pb>
- Morais, H. B. D. (2021). Sentipensando os novos caminhos das águas partindo da reprodução ampliada da vida. Em G. L. SIMÕES, M. da C. CAMPOS, M. G. FRANÇA, & V. D. de MORAES (Org.), *CAMINHOS, RESISTÊNCIAS E IDENTIDADES: vivências e pesquisas que conectam Brasil e México* (1o ed., p. 170). Florianópolis: Papa-livro. Recuperado de https://www.academia.edu/45626445/CAMINHOS_RESIST%3%8ANCIAS_E_IDENTIDADES_Viv%3%AAncias_e_pesquisas_que_conectam_Brasil_e_M%3%A9xico
- Oliveira, F. de. (2008). *Noiva da revolução—Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste: Planejamento e conflitos de classes*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Petrella, R. (2020). *Geopolítica das próximas Guerras pela Água* (S. P. Hernández, Trad.). Recuperado 2 de abril de 2020, de Outras palavras website:
<https://outraspalavras.net/alemdamercadoria/geopolitica-das-proximas-guerras-pela-agua/>

- Porto-Gonçalves, C. W. (2006). O meio ambiente como mercadoria V: as contradições entre a teoria e a prática. Em *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Porto-Gonçalves, C. W. (2010). De saberes e de territórios: Diversidade e emancipação a partir da experiência Latino-Americana. *GEOgraphia*, 8(16). <https://doi.org/10/gr94hv>
- Porto-Gonçalves, C. W., & Ayala, W. M. (2020). Água enquanto disputa epistêmica e política para além dos três estados da água—Entrevista com o professor Carlos Walter Porto-Gonçalves. *Perspectiva Geográfica*, 25(2). <https://doi.org/10/gr94jg>
- Presidente da Asplan. (2018). Entrevista concedida à equipe da pesquisa de campo—Novo caminho das águas. João Pessoa-PB, 27 jul. 2018.
- Ribeiro, A. M. M., Morais, H. B. de, Souza, M. J. A. de, & Freitas, E. O. (2018). SOCIOLOGIA VIVA: Uma Proposta de construção de uma Rede Latino-americana de Observatórios Fundiários e Núcleos de pesquisa e extensão focados em situações de conflito agroambientais rurais e nas lutas por terra. *Retratos de Assentamentos*, 21(1), 71–96. <https://doi.org/10/gr94m7>
- Ribeiro, W. C., Santos, C. L. da S. dos, & Silva, L. P. B. da. (2019). Conflito pela água, entre a escassez e a abundância: Marcos teóricos. *Ambientes - Revista de Geografia e Ecologia Política*, 1(2), 11–27. Recuperado de https://www.academia.edu/41468498/Conflito_pela_%C3%A1gua_entre_a_escassez_e_a_abund%C3%A2ncia_marcos_te%C3%B3ricos
- Santos, M. (1977). Sociedade e espaço: A formação social como teoria e como método. *Boletim Paulista de Geografia*, (54), 81_100-81_100. Recuperado de <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/1092>
- Scott, P. (2009). *Negociações e resistências persistentes: Agricultores ea barragem de Itaparica num contexto de descaso planejado*. Recife: Editora Universitária UFPE.
- Servidora-gerente da SEMARHCT-PB. (2018). Entrevista com servidora da Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Ciência e Tecnologia—PB. João Pessoa-PB, 27 jul. 2018.
- Sigaud, L. (1986). Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos: As barragens de Sobradinho e Machadinho (V. 9). Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional–UFRJ.
- Sigaud, L. (1992). O efeito das tecnologias sobre as comunidades rurais: O caso das grandes barragens. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 13.
- Souza, M. J. L. de. (1995). O território: Sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. Em *Geografia: Conceitos e temas* (V. 353, p. 77–116). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Svampa, M. (2019). *As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: Conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências*. São Paulo: Editora Elefante.
- Terra de Direitos & Dignitatis - Assessoria Técnica Popular. (2012). *Mapa territorial, temático e instrumental da assessoria jurídica e advocacia popular no Brasil*. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

Thompson, E. P. (1981). *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Thompson, Edward Palmer. (1979). *Tradición, revuelta y consciencia de clase: Estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial* (J. Fontana, Org.). Barcelona: Crítica.

Thompson, Edward Palmer. (2012). *As peculiaridades dos ingleses*. São Paulo: Unicamp.

Traldi, M. (2022). *Acumulação por despossessão: A privatização dos ventos para a produção de energia eólica no semiárido brasileiro*. Curitiba, PR: Appris Editora e Livraria Eireli - ME.

Hugo Belarmino de Moraes

Professor do Departamento de Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba (Unidade Acadêmica - Santa Rita), onde coordena o Projeto de Extensão e Pesquisa OBUNTU - Observatório Interdisciplinar e Assessoria em Conflitos Territoriais e é líder do Grupo de Pesquisa "Direitos Humanos, decolonialidades e movimentos" (CNPQ/UFPB). Doutor em Sociologia e Direito no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor do Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas da Universidade Federal da Paraíba. Assessor Jurídico e advogado popular.

<http://lattes.cnpq.br/6668935345927364>

E-mail: hugobelmoraes@gmail.com

Naiara Coelho

Doutoranda em Direito pelo Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Federal de Pernambuco (PPGD/UFPE). Mestre em Sociologia e Direito pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais e Jurídicas. Pesquisadora do Projeto de Extensão e Pesquisa OBUNTU - Observatório Interdisciplinar e Assessoria em Conflitos Territoriais e Grupo de Pesquisa "Direitos Humanos, decolonialidades e movimentos" (CNPQ/UFPB). Bolsista CAPES. Advogada. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001

<https://lattes.cnpq.br/5991757360794558>

E-mail : naiaracoelho@id.uff.br

Lorena Rocha Fernandes dos Santos

Graduanda em Direito no Departamento de Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba (Unidade Acadêmica - Santa Rita). Pesquisadora do Projeto de Extensão e Pesquisa OBUNTU - Observatório Interdisciplinar e Assessoria em Conflitos Territoriais e Grupo de Pesquisa "Direitos Humanos, decolonialidades e movimentos" (CNPQ/UFPB)

<http://lattes.cnpq.br/1251166070293632>

Instagram & Twitter | @HomaPublicaDHE

periodicos.ufjf.br/index.php/homa/